



Anais da Assembléia

N.º 33

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

Às nove e trinta horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (53), achando-se ausente o Sr. Deputado Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 22/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 13/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Tenente Carlos Argemiro de Camargo, o Ginásio Estadual Antonio de Castro Alves e o Grupo Escolar Orlando Luiz Zampronio, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição 13/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação dessa Casa convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Tenente Carlos Argemiro de Camargo, o Ginásio Estadual Antonio de Castro Alves e o Grupo Escolar Orlando Luiz Zampronio, na sede do referido município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 26. às 14,00 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 16/76 e 22/76

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Muggiati Filho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Gabriel Sampaio, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (53); achando-se ausente o Sr. Deputado Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet), Em discussão a ata.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados, porquanto quer me parecer que não há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados, atendendo solicitação do nobre Deputado Lúcio Machado.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Havendo número regimental, em votação a ata da sessão anterior. - **Aprovado.**

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 31/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma Regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja enviado telex ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, desejando-lhe, em nome do Povo Paranaense, feliz sucesso na viagem que fará à França e Inglaterra, no próximo dia 25 (domingo).

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, pelas medidas tomadas com vistas à oficialização das "Festas Estaduais do Livro", fato sem dúvida significativo para a cultura brasileira, mormente numa época em que a juventude afasta-se da leitura e necessita de motivação para dedicar-se aos livros, veículo que certamente os distanciará da violência, drogas e criminalidade que assaltam o mundo de hoje.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja concedida AUTORIZAÇÃO para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no ENCONTRO DE FEDERAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS, que terá lugar em Brasília, de 26 a 30 do fluente mês, sem quaisquer ônus para o Estado, uma vez que todas as despesas correrão por conta dos promotores do Encontro.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Cláudio Hercílio Oliveira de Araújo, DD. Diretor-Presidente da SANEPAR, requerendo em regime de urgência, sejam tomadas as devidas providências no sentido de que NOVA CANTU receba da SANEPAR a atenção que está a merecer no sentido de que aquele grande município e sua hospitaleira gente, receba do Poder Público estes melhoramentos "água e esgoto", já a muito esperado e que só confor-

to e progresso traria à sua operosa população.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, ofício no sentido de que sejam feitos estudos com o fim de se proceder a instalação de energia elétrica no distrito de GEREMIAS LUNARDELLI, antigo CANTUZINHO do município de NOVA CANTU, da Comarca de UBIRATÁ.

O motivo de tal solicitação prende-se ao fato de ser GEREMIAS LUNARDELLI, grande núcleo populacional e está o seu povo a vários anos exigindo tal benefício.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja ordenado um destacamento de guarda, para atender ao trânsito em frente do Grupo Escolar "Maria Montessori", na sua Guilherme Hilensfeldat, Vila Tingui, nesta Capital.

A providência se faz necessária, quão urgente, tendo em vista que a falta de guarda para orientar o trânsito de veículos e alunos no local, tem sido causa de acidentes, vitimando alunos, como ocorreu há poucos dias, além de outros anteriormente verificados.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

(a) LINEU TURRA

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº 36/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA GUIA, com sede no município de Cerro Azul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Projeto de Lei nº 37/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, com sede no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, é órgão que congrega as Associações de Servidores Públicos Estaduais e Federais. É também a entidade máxima de grau superior representativa dos servidores públicos no Brasil, exercendo efetiva colaboração com órgãos públicos na solução dos problemas afetos à classe, pugnando pela profissionalização, valorização e dignificação da função pública.

Justo que o poder público estadual lhe reconheça a utilidade pública, a exemplo de outros estados da Federação.

Esperamos o apoio de nossos pares a esta proposição.

Projeto de Lei nº 38/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado “Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini”, a atual Casa Escolar da sede do distrito de Canelas, município de Renascença, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1976.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Guilherme Zanini, falecido em data de 14 de abril p. passado, exerceu com dignidade, proeficiência e elevado sendo do dever o cargo de Prefeito Municipal do Município de Renascença neste Estado.

Líder nato, político da mais alta expressão e pai de família exemplar, o extinto era pessoa que gozava do carinho e respeito de toda a comunidade Renascentista.

Acredito que o mínimo que se poderá fazer para premiar a memória do ilustre morto, será denominar a Casa Escolar do distrito de Canelas, de “Prefeito Guilherme Zanini”, esperando que todos os alunos que passarem pelos bancos escolares daquela Instituição de Ensino, tomem como exemplo a vida do homenageado, repleta de atos emanados de seu elevado caráter e comportamento irrepreensível.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Está finda a leitura do expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 253/75, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 253/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 254/75, que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, daquele município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 254/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 18 de novembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar do distrito de São Martinho, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 01/76, que aprova o convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, com o município de Colorado, objetivando construção de prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 01/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, com o município de Colorado, objetivando a construção do prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 02/76, que aprova o convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução do projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaiti-Alto do Amparo. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 02/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 03 de abril de 1975, entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para a execução do Projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaiti-Alto do Amparo.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 15/75, que objetiva doar ao município de Curitiba os bens constantes do sistema de sinalização de trânsito da cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 15/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Curitiba, os bens que constituem o sistema de sinalização de trânsito da cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Os bens de que trata o artigo anterior são os constantes do levantamento procedido pela Comissão Especial designada através da Resolução nº 1822, de 04 de setembro de 1974, do Senhor Secretário da Segurança Pública (Relação Anexa ao Prot. 00397/75-SENG).

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 62/76, que dispõe sobre o número de vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 62/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O artigo 28 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 28 — Para os fins do disposto pelo artigo 107, da Constituição do Estado, o número de Vereadores a comporem as Câmaras Municipais é fixado, na proporção dos eleitores inscritos no respectivo município, da seguinte forma:

- I — até 32.999 eleitores, 9 (nove) vereadores;
- II — de 33.000 a 38.999 eleitores, 11 (onze) vereadores;
- III — de 39.000 a 44.999 eleitores, 13 (treze) vereadores;
- IV — de 45.000 a 50.999 eleitores, 15 (quinze) vereadores;
- V — de 51.000 a 56.999 eleitores, 17 (dezesete) vereadores;
- VI — de 57.000 a 62.999 eleitores, 19 (dezenove) vereadores;
- VIII — de 63.000 eleitores acima, 21 (vinte e um) vereadores”.

§ 1º — A Câmara Municipal, tendo em conta os dados fornecidos ou publicados pela Justiça Eleitoral da zona a que pertencer o município, em ato de sua elaboração, declarará o número de membros que lhe cabe adotar, de conformidade com o artigo antecedente.

§ 2º — O ato da Câmara de Vereadores será repetido antes de nova legislatura, se alteração superveniente do eleitorado implicar em modificação do número de vereadores.

§ 3º — A Câmara de Vereadores, declarará, mediante Projeto de Lei, sempre que fôr o caso, a fixação do número de seus integrantes, com a antecedência, no mínimo de 30 (trinta) dias do último prazo concedido para a convenções de escolha dos candidatos.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 104/75, que dispõe sobre a privatividade dos Despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 104/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É privativa do Despachante a mediação nas

relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Paraná.

§ 1º — Ficam excluídas dessa exigência:

- a) as pessoas jurídicas de direito público ou privado, que poderão fazê-lo através de seu representante legal ou procurador;
- b) as pessoas físicas, que poderão fazê-lo diretamente ou através de mandatário especialmente constituído.

Art. 2º — Ao Diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná compete ouvida a Secretaria de Segurança Pública, expedir a credencial de habilitação para o exercício da função de Despachante Oficial para localidades especificadas.

§ 1º — Os municípios terão credenciados, pelo Detran, seus despachantes oficiais, na proporção de 1 (um) profissional para cada 1.500 (um mil e quinhentos) veículos registrados, não excedendo a 100 (cem).

§ 2º — Os municípios com menos de 1.500 (um mil e quinhentos) veículos registrados poderão, entretanto, ter até 2 (dois) despachantes oficiais credenciados. Neste caso, a cada grupo de 1.500 (um mil e quinhentos) veículos que forem registrados, daí em diante, será credenciado outro Despachante Oficial.

Art. 3º — São condições para a credenciação de despachantes, nos termos do artigo anterior:

I — Fazer prova de:

- a) ser cidadão brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) ser maior de 21 anos;
- c) ser eleitor;
- d) estar quites com o serviço militar;
- e) sanidade física e mental, com laudo médico expedido pela Secretaria de Saúde Pública;
- f) nível secundário de instrução, com comprovante de conclusão de curso secundário, 1º ciclo;
- g) idoneidade, com certidão negativa dos cartórios de Protesto de Títulos da Capital e, se residente no interior, do Cartório local e certidão negativa das Varas Criminais, Execuções Criminais, Distribuidor Cível e do Comércio, Falências e Concordatas, dos últimos 10 (dez) anos;
- h) atestado de antecedentes criminais, fornecido pelo Instituto de Identificação;
- i) bons antecedentes político-sociais, com documento expedido pela DOPS; e,
- j) isentidade fiscal, com fotocópia autenticada do Cartão de Identificação de Contribuinte, fornecido pela Delegacia Regional do Imposto de Renda.

II — Submeter-se à prova de habilitação, por concurso, onde se comprove conhecimentos sobre legislação que rege a área administrativa que vai operar e sobre trânsito.

III — Firmar termo de responsabilidade, garantindo por caução, junto ao Tesouro do Estado, em moeda corrente para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais, ocasionados ao DETRAN, ou a terceiros, em valor fixado por ato do Secretário de Segurança Pública.

Parágrafo único — Até 60 (sessenta) dias após o ato de credenciação, o despachante deverá apresentar ao órgão competente da Secretaria de Segurança Pública, prova de inscrição como segurado da previdência social.

Art. 4º — As Associações civis registradas e reconhecidas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado do Paraná de fundo filantrópico ou assistencial, poderão, a critério do Diretor do Departamento de Trânsito, ser credenciadas como despachante.

Parágrafo único — O preposto por elas indicado deverá preencher as condições exigidas no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º — Ao despachante de que trata esta Lei, na esfera da jurisdição municipal para a qual foi credenciada compete:

- a) representar os interesses de seus clientes, desde que autorizado por documento hábil;
- b) encaminhar e acompanhar o andamento de processos e

papéis de interesses de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços administrativos do DETRAN;

c) requerer certidões para instruir processos, solicitar informações sobre o respectivo andamento, bem como reclamar perante quem de direito no caso de demora na tramitação de requerimento e processos; e,

d) pegar em nome dos representados quaisquer impostos, taxas ou multas.

Art. 6º — Cada Despachante poderá requerer ao Diretor do Departamento de Trânsito a nomeação de prepostos, que indicará e que deverão ser registrados com Carteira Profissional de Trabalho.

§ 1º — O preposto, como auxiliar, funcionará sob exclusiva responsabilidade do Despachante.

§ 2º — Ao preposto aplicar-se-á, no que couber, a legislação aplicável ao Despachante, excetuado o disposto na letra "b" do item I, e item II, do artigo 3º.

§ 3º — O preposto deverá ter idade superior a 18 anos.

§ 4º — O despachante firmará um termo de responsabilidade sobre os atos praticados pelo seu preposto, no exercício das respectivas funções, inclusive, pelas indenizações em que aquele incorrer por força do seu trabalho.

Art. 7º Incumbe ao Despachante:

a) tratar com urbanidade clientes e funcionários, respeitando o regime de disciplina que rege o serviço público;

b) diligenciar o rápido andamento dos interesses que lhe são confiados;

c) possuir livro de registro, de conformidade com modelo a ser estabelecido pelo DETRAN, onde conste:

1 — nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio dos comitentes;

2 — os negócios de que estiver encarregado, com as respectivas conclusões e contas;

3 — os pagamentos recebidos.

d) apresentar o livro de que trata a letra anterior para exame sempre que o Departamento assim o solicitar;

e) prestar contas e fornecer recibos aos seus clientes;

f) acatar as determinações das chefias do Departamento e com elas cooperar;

g) manter em seus escritórios em lugar visível ao público, impressas e sem razuras:

1 — tabela de honorários aprovada pelo Secretário de Segurança Pública;

2 — tabela de taxas do DETRAN, relativas aos serviços de sua atribuição.

h) comunicar, dentro de 24 horas, à Diretoria do DETRAN, a dispensa de preposto, bem como a devolução da respectiva credencial;

i) portar e exibir em lugar visível do vestuário, quando no exercício função, cédula de identidade oficial expedida pelo DETRAN;

j) identificar os processos que encaminhar nas respectivas repartições com carimbo onde conste o nome do Despachante, resolução, data de nomeação e endereço do escritório;

l) instruir os processos que encaminhar, com o seguinte documento, além da documentação regular: comprovante padrão fornecido pelo órgão, devidamente preenchido, devendo constar a autorização do cliente, bem como um orçamento de custo de seus honorários.

Art. 8º — É vedado ao Despachante, nos termos desta Lei:

a) delegar a outrem, que não o seu preposto, suas atribuições, definidas em Lei e regulamento;

b) aceitar o patrocínio de interesses que venham, de qualquer modo, causar prejuízos a terceiros ou à administração pública;

c) manter conduta incompatível com o decoro da profissão;

d) desempenhar cargo ou função pública;

e) exceder suas funções fora da jurisdição municipal para a qual foi credenciado.

Art. 9º — Constitui impedimento legal para a credenciação de Despachante, ser o mesmo parente até 3º grau, inclusive na linha de afinidade, de funcionários do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná ou à disposição desse órgão.

Art. 10 — Pela infração de seus deveres profissionais na esfera administrativa ficará sujeito às seguintes penalidades:

a) advertência e repreensão, sem publicidade;

b) multa, até a importância equivalente ao maior salário-mínimo vigente no País;

c) suspensão do exercício profissional até 1 (um) ano;

d) cassação da credencial concedida.

Parágrafo único — As penalidades estabelecidas na letra "a", deste artigo, serão aplicadas pelo Chefe da Circunscrição de Trânsito, das letras "b" e "c", pelo Diretor do Departamento de Trânsito e a letra "d", pelo Secretário de Segurança Pública.

Art. 11 — A imposição das penas de que trata o artigo anterior será procedida de sindicância, mediante prévia notificação do acusado, pessoalmente ou por editais com prazo de 5 (cinco) dias, para justificar-se por escrito dentro de 10 (dez) dias, facultada a juntada de documentos.

Art. 12 — Das decisões que importarem na aplicação de sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 13 — O Departamento de Trânsito manterá em sua Secção de Pessoal o registro dos Despachantes credenciados, para efeito de anotação de sua vida profissional.

Parágrafo único — O uso indevido, por parte do Despachante, das prerrogativas aqui concedidas importará na cassação da credencial, além da imposição das cominações legais decorrentes.

Art. 14 — Os honorários de serviço de Despachante Oficial de Trânsito, serão fixados, por Decreto, em importância não excedente a 20 por cento do maior salário mínimo vigente no Estado.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 166/75, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, bairro da Barreirinha, nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 166/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar PROFESSORA MARIA PEREIRA MARTINS, do bairro da Barreirinha, desta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente
Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 168/75, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente Operária Esperança, com sede e foro na cidade de S. José dos Pinhais. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 168/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declara de utilidade pública a Sociedade

Beneficente Operária Esperança, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente

Lineu Turra — relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 172/75, que declara de utilidade pública, a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul — Estado do Rio Grande do Sul — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 172/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente

Lineu Turra — relator

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 31/76, e consequente inclusão na Ordem do Dia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Presidente da República, desejando-lhe, em nome do povo paranaense, feliz sucesso na viagem que fará à França e Inglaterra. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, pelas medidas tomadas com vistas à oficialização das “Festas Estaduais do Livro” — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando autorização para representar esta Casa, no Encontro de Federações de Trabalhadores Rurais, que terá lugar em Brasília, de 26 a 30 do fluente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja ordenado um destacamento de guarda, para atender ao trânsito em frente ao Grupo Escolar “Maria Montessori” na Vila Tingui. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de que sejam tomadas providências visando a instalação de água e esgoto no município de Nova Cantu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL, no sentido de que sejam feitos estudos a fim de se proceder à instalação de energia elétrica no distrito de Gernerias Lunardelli, antigo Cantuzinho, no município de Nova Cantu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública, referente à Delegacia de Polícia. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento encaminhado pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo, em que pede informações à Secretaria de Segurança, seis itens de Informações:

1º) “Quais as Delegacias de Polícia do Interior do Paraná, cujos atuais titulares não são DELEGADOS DE CARREIRA?”

2º) — Qual o critério adotado para investir nas funções de Delegado, pessoas sem o respectivo e necessário título para tal?

3º) — Quanto percebe o Delegado de Carreira?

4º) — Quanto percebe o elemento sem qualificação para tal cargo, mas nomeado para exercê-lo em caráter precário?

5º) — Informar se possível, quanto percebe o Delegado de Carreira do Estado de Mato Grosso, e o elemento já descrito na 4ª pergunta, naquele Estado, nosso vizinho?

6º) — Quais as vantagens financeiras atribuídas aos Delegados de carreira e aos que exercem essa autoridade em caráter precário?”

Temos a informar ao eminente Deputado, que este pedido de informações, em relação ao 5º item, pergunta quanto quanto percebe um Delegado de Mato Grosso. Não sei se a Secretaria de Segurança tem condições de fornecer; os demais dados nós traremos, já que ontem foi reclamado a morosidade do fornecimento dos pedidos de informações feitos por esta Casa.

Teremos a satisfação de trazer em mãos esse pedido de informações que aí está, e votaremos favorável ao requerimento apresentado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Encerrada a discussão, em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que o percurso rodoviário que liga os municípios de Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí, tenha a responsabilidade de conservação a cargo do DER. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário das Finanças, pedido de informações, referente ao ICM. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente. Já que estive ausente na sessão de ontem, pediria a V. Exa. que providenciasse através da 1ª Secretaria, a leitura do texto da súmula do requerimento, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Sr. 1º Secretário, a leitura do Pedido de Informações.

(É procedida a leitura da súmula do requerimento).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Continua em discussão. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, quer me parecer que o requerimento, embora objetive colher informações junto à Secretaria de Finanças, ele tem caráter genérico. É muito abrangente no tocante à posição dos dados que o eminente Deputado pretende obter.

Inicialmente, não especifica, o requerimento, o exercício. E seria difícil levantar o número de quantos processos foram encaminhados para cobrança executiva; quantos comerciantes não recolheram o ICM, dentro do prazo estabelecido pela Lei; ou quanto montam as multas aplicadas.

A generalização, Sr. Presidente, quero crer, sem absolutamente acreditar que não existe meios de fornecer estas informações...

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Esta Presidência toma a liberdade de informar a V. Exa., que o nobre Deputado Lúcio Machado solicitou informações com base no exercício de 1975.

O SR. IVO THOMAZONI — Então, o eminente Deputado deseja saber quantos processos foram encaminhados à cobrança executiva; quantos processos foram inscritos em dívida ativa e em quanto montaram as multas executadas. Então, não tenho nada a opor.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Continua em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente. Parece-me que, no ano passado, dirigi-me algumas vezes, ao Departamento de Rendas Internas, através da Secretaria de Finanças, formulando uma série de perguntas, com referência ao fato de que, a aplicação de multas que, a nosso ver, imprimiu aos comerciantes uma obrigação caracterizadamente ilegal.

Principalmente, quando a Fiscalização autua um comerciante por não ter ele recolhido no dia exato a quota de participação do ICM, é aplicado a esse comerciante uma multa equivalente à metade do salário-mínimo.

Segundo o que se observa, devido o número alto de queixas e reclamações, advindas principalmente dos pequenos e médios comerciantes, o número dessas autuações, no exercício de 75, foi dos mais violentos, aqui no Estado do Paraná, com relação aos demais Estados do Brasil.

É preciso que se verifique que o pequeno e médio comerciante estão desaparecendo, porque a autuação de multas, através da Secretaria de Finanças do Estado, vêm de forma violentíssima exterminar ou quase exterminar com esta atividade.

É por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é por isto nobre líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, que o nosso requerimento não teria outra forma para observação, senão indagar o quanto dessas aplicações fiscais no ano de 1975.

Quero pedir, nesta oportunidade, inclusive o seu apoio porque V. Exa. muito bem representa o povo e o Governo nesta Casa. Desta maneira, teremos condições, futuramente, de estudar um planejamento que seja menos violento para esta classe laboriosa, que é o comerciante. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Continua em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que visite, com a máxima urgência, o município de Altônia.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que está exarado no requerimento do ilustre Deputado Valter Pietrângelo não é, especificamente, o que me faz pedir a palavra para encaminhar a votação.

O Deputado Waldenício Barbalho ontem, quando discutia o mencionado requerimento, fez menção à visita do Sr. Governador ao seu município, Paraíso do Norte, ocasião em que, por um lapso, não foi convidado para participar das festividades.

Deputado Barbalho, V. Exa. com aquele sotaque nordestino, tão bonito, queria, nesta oportunidade, em nome da minha bancada, pedir excusas por esse lapso, por esse esquecimento porque, segundo suas palavras, concorda plenamente que o Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet Junior, faça suas visitas semanais aos municípios do interior.

V. Exa. sabe e sabe também a sua bancada que um dia, o seu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, poderá ser Governo no Estado do Paraná, e aí, então, caberá a nós aplaudir a visita desse Governador ao interior do Estado do Paraná.

Queremos igualmente, nesta ocasião, agradecer aos irmãos nordestinos por nos terem mandado V. Exa. para ser, aqui no Paraná, um parlamentar tão ilustre. V. Exa., pode ter certeza, tem honrado e tem representado muito bem os nossos irmãos do Nordeste e queira Deus que eles nos mandem sempre irmãos

sua estirpe.

Quanto ao requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi motivo ontem, nesta Casa, de inúmeros debates, e, no entanto, não chegaram os Srs. Deputados a uma conclusão mas, de uma forma ou de outra, opcionaram.

O não menos ilustre Deputado Valter Pietrângelo teve, quando fundamentou o seu requerimento, uma vitória. Uma vitória, porque representante eficiente e coerente com os seus eleitores, procurou, de uma forma que lhe é facultada pelo Regimento desta Casa, dar atendimento aos municípes do distrito de Altônia município e que, segundo a relação que me foi fornecida pelo IBGE, do ano de 1975, contava exatamente com 57.244 municípes. Nada mais justo portanto, que aquele povo tenha um representante tão eficiente e tão trabalhador, como Valter Pietrângelo. E, se houve um vitorioso em toda aquela discussão, foi o povo de Altônia, foi o nome do seu município que aqui foi amplamente divulgado. E este Deputado tem a plena certeza, só com isto, vitoriou-se o Deputado Valter Pietrângelo.

Porisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mesmo depois que foi bem explanado pelo Deputado Gilberto Carvalho desta tribuna, que os serviços de água daquele município só serão concluídos, segundo dados concretos e oficiais da firma que constrói aquela obra, que realiza aquela obra, só serão concluídos no mês de julho de 1976.

Então, acho, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, tempestivo o requerimento do ilustre Deputado Valter Pietrângelo e por isto o cumprimento, pela sua coerência em querer apressar ou adiantar a inauguração daquela obra, mas tenho a certeza também, Sr. Presidente, que o Deputado Valter Pietrângelo compreenderá da impossibilidade da inauguração daquela obra.

Quero aqui, em nome do Governo do Estado do Paraná, deixar o meu compromisso para que, quando da inauguração do serviço de água de Altônia, o Sr. Deputado Valter Pietrângelo será o nosso convidado especial, para lá comparecer e prestigiar a cidade de Altônia e o seu povo.

Deputado Waldenício Barbalho, na próxima visita do Governador do Estado do Paraná à minha cidade ou a uma das minhas cidades, V. Exa. também será meu convidado para lá comparecer.

Finalizando, Sr. Presidente, eu pediria ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo a sua compreensão para que retirasse de pauta dos trabalhos desta Casa, o vosso requerimento. Porque eu tenho certeza, que será aplaudido por ambas as bancadas. Tenha certeza, Deputado Valter Pietrângelo, que V. Exa. procedeu com amaior lisura com aquele povo e com a maior coerência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria, nesta oportunidade, só para levar ao conhecimento do eminente líder da nossa bancada o que foi discutido em data de ontem, com referência ao requerimento de S. Exa. o Deputado Valter Pietrângelo.

Dado os termos em que foi redigido, encaminhei a votação ontem, dando as informações da SANEPAR e o motivo da não inauguração, que não foi a ausência do Governador àquela cidade, que impediu a inauguração, mas sim, a falta de conclusão da obra.

Com referência à unidade escolar que só foi aberta no dia 13 deste mês, foi por falta de móveis que só chegou nesta época e que foi entregue à comunidade daquele município. E nesta oportunidade também, levar ao conhecimento do líder de nossa bancada, o apoio que recebemos de toda a bancada, ontem, no encaminhamento da votação deste requerimento, o qual, nós deixamos de dar apoio, em virtude dos termos em que foi redi-

gido.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Encerrada a votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. — Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 18/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projetos de Resolução nºs 19/76, 20/76, 21/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 23/76 e de Lei nºs 163/75, 6/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 188/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2945, de 19 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos funcionários MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, matrícula 330, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, e FAUSTO LUIZ ABRY, matrícula 555, ocupan-

te do cargo de Secretário de Comissão, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1976.

(a) Ismar Dellagassa Passos — diretor geral em exercício

PORTARIA Nº 189/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2843, de 12 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a portaria número 10/76, que designou MAURÍCIO CESAR PEREIRA, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado NELSON BUFFARA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1976.

(a) Ismar Dellagassa Passos — diretor geral em exercício

PORTARIA Nº 190/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2518, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, SILVIO SEBASTIANI, matrícula 466, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 01 de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1976.

(a) Ismar Dellagassa Passos — diretor geral em exercício